

A DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO POR MEIO DO CONSÓRCIO CEDERJ: políticas educacionais e políticas públicas implementadas no Estado do Rio de Janeiro

Amaro Sebastião de Souza Quintino¹
Jackeline Barcelos Corrêa²
Nathália Rosalino Tamy³

RESUMO

A presente pesquisa busca evidenciar o Consórcio CEDERJ (Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro), como um programa de democratização de acesso ao Ensino Superior público, gratuito e de qualidade, na modalidade Educação a Distância (EaD). Desta maneira, o desenvolvimento social, cultural, científico, tecnológico e socioeconômico forma um complexo indissociável, que o Consórcio fomenta de forma significativa neste contexto. O objetivo deste trabalho é destacar como o CEDERJ promove a construção do conhecimento, tornando seus alunos em profissionais qualificados em diversas áreas de conhecimento. Como metodologia adotou-se uma abordagem de natureza qualitativa e quantitativa, apoiada no procedimento técnico de pesquisa bibliográfica orientada por Gil (2012). Para tanto, recorreu-se aos estudos de Salvador; Rolando (2015), Bielschowsky (2017), Assumpção *et al* (2018), entre outros pesquisadores sobre a temática. Sendo assim, como resultado evidenciou-se o crescimento da formação em EAD, com foco na excelência, promovida em diversos municípios do estado do Rio de Janeiro, transformando a qualidade de vida profissional das pessoas por meio da oferta da Educação Superior.

Palavras-chaves: Democratização, Consórcio CEDERJ, Políticas Educacionais, Políticas Públicas.

INTRODUÇÃO

Uma instituição de ensino tem a responsabilidade social e intelectual de formar profissionais capacitados e comprometidos, em prol da preparação dos discentes para atuar em uma sociedade cada vez mais permeada pela ciência e tecnologia. Cabe ressaltar que a partir dos estudos realizados, observou-se que a Educação a Distância (EAD) se mostra como uma ferramenta importante no processo de Políticas Públicas, que visa a ampliação da Educação Superior no país.

O CEDERJ, nasceu graças à parceria firmada entre o Governo do Estado do Rio de Janeiro, por meio da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia, as prefeituras do Estado do

¹ Mestrando do Programa de Pós Graduação em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - RJ - amarotiao@yahoo.com.br

² Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - RJ - jack.barcelos1@hotmail.com

³ Mestranda do Programa de Pós Graduação em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - RJ - nathaliarosalinotamy@gmail.com

Rio de Janeiro e as universidades públicas sediadas no estado - UENF, UFF, UFRJ, UFRRJ e UNIRIO.

A presente pesquisa visa destacar a importância do CEDERJ como fonte de desenvolvimento regional, busca-se fomentar discussões com foco na melhoria da qualidade de vida, no aspecto pessoal, profissional, cultural e socioeconômico dos indivíduos. E com isso o CEDERJ, se torna o principal viés de acesso e de empoderamento pessoal e profissional, que contribui fortemente para o desenvolvimento regional como um todo, o que afeta diretamente diversas vertentes sociais.

Nesse ínterim, vale ressaltar que promover a qualidade e a democratização do Ensino Superior não pode ser visto apenas como um aumento de vagas nas instituições públicas, mas, proporcionar aos alunos um processo de aprendizagem crítico, social, inclusivo que o permita ampliar seus conhecimentos.

Com os avanços educacionais proporcionados pelo Consórcio, verifica-se que o desenvolvimento é proveniente das diversas práticas sociais, que por meio delas possa preencher as carências das experiências ainda não vividas, cursos ainda não realizados, entre outras alternativas que não eram oferecidas pelo poder público.

A pesquisa apresenta o consórcio como produtor por excelência de políticas públicas, e traz a reflexão sobre os princípios básicos do consórcio CEDERJ. E logo em seguida abordam-se os resultados e discussão, e as devidas considerações finais.

Mediante a busca por estratégias que incentivem o ensino/aprendizado aliado ao avanço tecnológico, o uso das interfaces digitais tem se destacado como recursos facilitadores do EaD na democratização do Ensino Superior.

Sendo assim, o consórcio faz a diferença na vida das pessoas de baixa renda, que não podem frequentar as aulas presencialmente, resultando em uma formação em excelência para as localidades distintas.

METODOLOGIA

Como metodologia adotou-se uma abordagem de natureza qualitativa e quantitativa, apoiada no procedimento técnico de pesquisa bibliográfica orientada por Gil (2012), e aborda estudos teóricos e filosóficos sobre o CEDERJ. Utilizou-se como base os estudos de Salvador; Rolando (2015), Bielschowsky (2017), Assumpção *et al.* (2018), entre outros da temática, e nas informações da página oficial do CEDERJ.

REFERENCIAL TEORICO

O CEDERJ como provedor de excelência de políticas públicas

O CEDERJ tem como objetivo principal contribuir para a interiorização do Ensino Superior público, gratuito e de qualidade no Estado do Rio de Janeiro, por isso, a competência acadêmica dos cursos está a cargo dos docentes das universidades consorciadas. São eles que preparam o projeto político e pedagógico dos cursos, os conteúdos do material didático cuidam da tutoria e da avaliação, cabendo à Fundação CECIERJ a responsabilidade pela produção do material didático, pela gestão operacional da metodologia da EAD e pela montagem e operacionalização dos polos regionais.

O Consórcio CEDERJ foi criado em 1999-2000, tendo como fonte inspiradora as ideias de Darcy Ribeiro⁴ que trouxe a concepção de democratizar o acesso ao Ensino Superior público, gratuito e de qualidade na modalidade Educação a Distância (EaD).

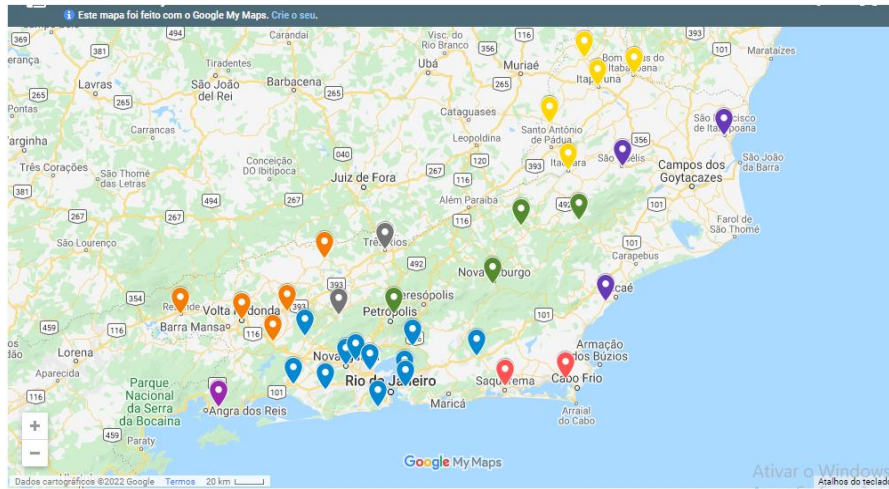
Para o sucesso da implementação, foi necessário reunir por meio de acordo de cooperação técnica, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da Secretaria de Ciência Tecnologia e Inovação do Estado do Rio de Janeiro (SECTI) e da Fundação CECIERJ, e as Instituições de Ensino Superior (IES) Públicas sediadas no Estado do Rio de Janeiro.

Atualmente, estão sendo oferecidos 18 cursos semipresenciais que contemplam as carreiras de Licenciatura em Pedagogia, Licenciatura em Ciências Biológicas, Administração, Licenciatura em Matemática, Tecnologia em Sistemas de Computação, Tecnologia de Segurança Pública e Social, Administração Pública, Licenciatura em História, Licenciatura em Letras, Licenciatura em Turismo, Licenciatura em Física, Licenciatura em Geografia, Tecnologia em Gestão de Turismo, Engenharia de Produção, Licenciatura em Química, Biblioteconomia, Administração Pública, Ciências Contábeis e Engenharia Meteorológica.

Esses cursos se desdobram em cerca de mais de 600 disciplinas, que são compartilhadas entre todos os cursos, tendo cerca de mais de 40 mil alunos ativos, espalhados por mais de 31 polos regionais que cobrem todo o Estado do Rio de Janeiro (Figura 1).

⁴ Darcy Ribeiro, antropólogo, educador e romancista, foi entre outras coisas o criador e primeiro reitor da Universidade de Brasília; ministro da Educação e chefe da Casa Civil do Governo João Goulart, vice-governador do Estado do Rio de Janeiro, onde criou e dirigiu a implementação dos Centros Integrados de Ensino Público (CIEP), uma rede de cerca de 500 escolas. Elaborou, como senador, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, conhecida como Lei Darcy Ribeiro, e criou a Universidade Estadual do Norte Fluminense – que hoje leva seu nome.

Figura 1: Distribuição atual dos polos CEDERJ



Fonte: <https://www.cecierj.edu.br/cederj/>

Abaixo estão pontuados os municípios de distribuição dos polos que promovem o desenvolvimento social e regional por meio do Ensino Superior. Os polos regionais são a referência física da universidade no município que o estudante escolheu para estudar. É neste local onde o estudante encontrará todo o apoio necessário para os seus estudos: secretaria, laboratório de informática, biblioteca, sala de estudos, salas de tutoria, laboratórios físicos, necessário para a sua formação.

Figura 2: Distribuição atual dos polos CEDERJ.



Fonte: <https://www.cecierj.edu.br/cederj/>

Desde o início da implementação, a política organizacional, visa um importante eixo norteador da construção do CEDERJ, com foco em oferecer cursos na modalidade a distância com a mesma qualidade dos cursos oferecidos na modalidade presencial pelas universidades consorciadas, que estão entre as melhores, conforme avaliação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), por meio do Exame Nacional de Avaliação dos Estudantes (ENADE) (INEP, 2017).

O CEDERJ desenvolve um papel importante na área de políticas públicas pois, com a capacitação dos recursos humanos vão surgindo desdobramentos dos trabalhos, baseados em teorias explicativas sobre o papel do Estado e de uma das mais importantes instituições do Estado, o governo, produtor por excelência, de políticas públicas. Segundo Souza (2006. p. 3), “o mundo acadêmico contribuiu para estabelecer relações com as bases teóricas sobre o papel do Estado, passando direto para a ênfase nos estudos sobre a ação dos governos, assim movimentando a sociedade como um todo”.

A Plataforma *Moodle*⁵ (plataforma utilizada pelo CEDERJ), é um excelente espaço de mediação e facilitação, onde seu usuário adquire uma visão sobre a Educação à Distância (EAD) no cenário brasileiro, no qual por meio de sua consolidação vem contribuindo principalmente para a democratização do ensino virtual por diferentes tecnologias aplicadas.

De acordo com Rocha (2002):

O avanço tecnológico e a consolidação da *Internet* como meio eficiente de comunicação, faz com que pesquisadores no mundo todo vislumbraram uma oportunidade ímpar de suporte a inovações no processo educacional. O trabalho de pesquisa de vários educadores e cientistas da computação resultou na possibilidade das pessoas acessarem salas de aula virtuais, grupos de trabalho na rede, campi eletrônicos e bibliotecas *online* em um grande espaço compartilhado (ROCHA, 2002, p. 3).

As interfaces disponíveis hoje se destacam devido à aproximação dos alunos com este mundo digital, de forma que a tecnologia da informação permite aprimorar cada vez mais os conhecimentos, de forma que os sistemas computacionais voltados para atividades mediadas por tecnologias da informação e comunicação (RIBEIRO, 2009).

Com a expansão do uso das tecnologias de informação, o tema Educação a Distância (EAD) se faz presente na atualidade através de propostas, debates e ações dos dirigentes da

⁵ A plataforma Moodle é um sistema para a criação de cursos *online*. Também chamada de Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), a solução vem se tornando cada vez mais presente na área acadêmica – em especial, na educação a distância. Continue a leitura e conheça as possibilidades dessa tecnologia.

educação. Essa inovação pedagógica passou a ser uma modalidade regular do sistema educacional brasileiro pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96).

No artigo 80 da referida lei, fica claro que os governos devem promover a Educação a Distância quando diz:

§ 1º. A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.

§ 2º. A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diploma relativos a cursos de educação a distância.

§ 3º. As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas.

§ 4º. A educação a distância gozará de tratamento diferenciado, que incluirá:

I - custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens;

II - concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas;

III - reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, pelos concessionários de canais comerciais.

De acordo com o trecho acima citado da LDB, ficou notório que a EaD é embasada na lei e cabe ao governo promover, credenciar e difundir o ensino a distância, bem como regulamentar exames e diplomas para o modelo EAD, mas cabe às instituições e aos sistemas de ensino a produção, controle e avaliação dos métodos e processos para a oferta desta modalidade.

Vainer (2007) afirma que é fundamental organizar os pensamentos em todos os aspectos no sentido intelectual e político, analítico e propositivo abrindo novos horizontes para as políticas territoriais, urbanas e regionais e aponta para desafios comuns que é a necessidade de se perscrutar a sociedade brasileira para retomar ou iniciar uma elaboração de um novo projeto territorial que considere a nação ainda importante, superando assim essa tendência na evolução.

O autor ainda elucida que:

(...) a discussão sobre as políticas e o planejamento territorial com a questão regional a partir da década de 1980 passou a ter uma problemática nova, que certamente já havia nos anos anteriores, porém não debatida, que era a fragmentação da nação e a heterogeneidade do desenvolvimento econômico (...) o desenvolvimento local, empreendedorismo territorial, atração de capitais, *marketing* urbano se transformam nos principais instrumentos de um planejamento estratégico para um desenvolvimento regional competitivo de forma globalizada criando novas estratégias (VAINER, 2007, p. 5).

Diante da emergência de projetos como o do CEDERJ e da enorme polêmica que a introdução dessa modalidade de ensino vem provocando, percebe-se a necessidade de discutir

e pesquisar as ações e políticas públicas para a democratização da formação profissional e o atendimento às demandas sociais de educação.

Veiga (2005, p. 44) corrobora com a ideia de que “só há desenvolvimento quando os benefícios do crescimento servem à ampliação das capacidades humanas”. Tais capacidades podem ser entendidas como o conjunto de possibilidades que as pessoas podem alcançar ao longo do tempo. Como ter uma vida longa e saudável, acesso à instrução, ter acesso aos recursos necessários a um nível de vida digno e ser capaz de participar da vida na comunidade.

Já Souza (2006) afirma que:

(...) as políticas públicas repercutem no crescimento de forma gradativa influenciando diretamente nas inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade. Por este motivo é que pesquisadores de tantas disciplinas tais como: economia, ciência política, sociologia, antropologia, geografia, planejamento, gestão e ciências sociais aplicadas partilham um interesse comum na área desenvolvimentista e têm contribuído para avanços no que diz respeito ao desenvolvimento regional (SOUZA, 2006, p. 6).

Destarte, observa-se que as políticas públicas contribuem significativamente com o desenvolvimento regional, em que o Consórcio veio agregar, além de tecnologias como multimídia, já utilizados a sala de aula, a contextualização da informatização da educação.

RESULTADO E DISCUSSÃO

Com foco em manter a qualidade desde o início, é parâmetro importante na criação do CEDERJ. Os cursos semipresenciais deveriam ter necessariamente a mesma qualidade que os presenciais. Por outro lado, os alunos ingressantes, de acordo com nossa definição do público-alvo, seriam oriundos, de maneira geral, de classes menos favorecidas e/ou habitantes do interior do estado. Como consequência, teriam formação no Ensino Médio menos sólida que os ingressantes nos cursos presenciais das universidades consorciadas ou teriam concluído o Ensino Médio há muito tempo (CEDERJ, 2022).

Essa questão acima citada trouxe fortes consequências ao desenho do projeto, como a oferta de disciplinas introdutórias, o cuidado na elaboração do material didático, a introdução de maior carga de tutoria nos primeiros dois anos de cada curso, entre outros elementos. Outro aspecto importante foi pesquisar o público-alvo no que diz respeito ao acesso a computadores ligados à internet, com o objetivo de fazer uma projeção.

Diante de tal contexto, considera-se que as ações de políticas públicas voltadas para o acesso ao Ensino Superior são necessárias, para que diminua a discrepância entre o que se propaga sobre as políticas democratizadoras e a ação que assegure o acesso ao Ensino Superior como afirma Zago (2006):

uma efetiva democratização da educação requer certamente políticas para a ampliação do acesso e fortalecimento do ensino público, em todos os seus níveis, mas requer também políticas voltadas para a permanência dos estudantes no sistema educacional de ensino. (...) É preciso promover políticas que assegurem o acesso universal ao ensino obrigatório gratuito, nos termos definidos por lei; e também promover a igualdade de direitos e de oportunidades (...) (ZAGO, 2006, p. 228).

Nos dias atuais, é significativo o contingente de professores formados pelo Consórcio que atuam nas redes estaduais e municipais e municipais, muitos deles já estão matriculados ou formados pelos programas de pós-graduação nos cursos de mestrado e doutorado.

Para garantir qualidade em cursos a distância implica, entre outras coisas, um conteúdo abrangente e denso e uma avaliação rigorosa desses conteúdos, temas que guardam relação direta com a questão da evasão (BIELSCHOWSKY; MASUDA, 2006).

Administrar esses processos a fim de minimizar os seus impactos é uma grande atribuição, é só por meio do planejamento, como diz o autor: “O crescimento e o desenvolvimento de um conjunto de territórios e de populações não serão, pois, obtidos a não ser pelo planejamento consciente(...)” (TAVARES, 2013, p. 4).

Destarte, o CEDERJ tem muito a contribuir com o crescimento, já que é muito importante para a formação de profissionais que cada vez mais evolui nesta expansão e ampliação dos conhecimentos dos recursos humanos disponíveis locais e desenvolvendo a política em suas ações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatou-se a importância do Consórcio CEDERJ para o desenvolvimento regional e democratização do ensino, com isso acarretou os usos de novas tecnologias que vêm oferecendo potencial para o crescimento profissional, pessoal, social e econômico da região e das pessoas interessadas no Ensino Superior. Nesse ínterim, é necessário que as políticas públicas cada vez mais adotem estratégias que estejam alinhadas a este crescimento tecnológico e atendam o maior número de pessoas.

O objetivo dessa pesquisa foi alcançado, devido à necessidade de evidenciar o crescimento do consórcio como democratização do ensino, respaldados em estudos e subsidiados pelos pesquisadores sobre a temática.

Mediante a literatura, vale salientar que todo esse processo de renovação pedagógica perpassa por uma estrutura curricular bem constituída, além obviamente de um projeto pedagógico que promova a criação de uma situação adequada e que atenda a esses propósitos. Fazer com que a educação caminhe junto com a realidade do aluno é o passo imprescindível que permite a efetiva aprendizagem.

Assim, é necessário que a sociedade como um todo e o poder público estreitem e exercitem a prática de uma construção de políticas públicas, de maneira a compartilhar e contribuir para a aquisição de projetos de desenvolvimento, com a capacidade de promover as mudanças necessárias para que aconteça a inserção de inovação tecnológica, com foco no aprendizado.

Logo, confirmou-se que a implantação da plataforma *Moodle* no Ensino Superior só tende a acrescentar, já que pensa-se na posição do professor como facilitador da aprendizagem e dos alunos como inseridos na sociedade, superando as dificuldades e reconstruindo a cultura de sujeitos ativos no processo de ensino/aprendizagem, visto que o aluno estará motivado a estudar e experimentará a possibilidade de avanço profissional.

É notório que as tecnologias na educação, desde as mais básicas até as mais complexas, estão contribuindo de forma ativa, seja para a evolução das várias formas de ensino/educação, seja para a evolução e desenvolvimento tecnológico. Cotidianamente surgem novas metodologias de ensino, ferramentas e programas que contribuem para novas aprendizagens.

Constatou-se que a democratização do ensino, tem a finalidade de reduzir a influência dos órgãos centrais e atribuir maior autonomia aos órgãos locais, e criar uma interação entre o Estado e a comunidade em todas as vertentes sociais, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo, para que ele se insira no mercado de trabalho com uma formação superior de qualidade e excelência.

6- REFERÊNCIAS

ASSUMPCÃO, G. de S.; CASTRO, A. de C.; CHRISPINO, A. **Políticas Públicas em Educação Superior a Distância – Um estudo sobre a experiência do Consórcio CEDERJ.** In: Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, V. 26, n. 99, p. 445-70, 2018.



BIELSCHOWSKY, C. E. Consórcio CEDERJ: A História da Construção do Projeto. *In: EaD em foco*, V. 7, n. 2, p. 8-27, 2017.

BIELSCHOWSKY, C.E. MASUDA, N. D. (2006). Educação superior a distância: uma estratégia para avaliação institucional. *In: Brasil. Ministério da Educação e Cultura, Secretaria de Educação a Distância. Desafios da educação a distância na formação de professores*. Brasília: MEC, p. 51-65.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)/Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 15 abr. 2022.

CEDERJ. **Regimento Interno**. Disponível em: <https://www.cecierj.edu.br/sobre/regimento-interno/> Acesso em 16 abr. 2022.

CONSÓRCIO CEDERJ. (s/d). Disponível em <http://cederj.edu.br/cederj/sobre/> . Acesso em 16 de abr. de 2022.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5. Ed. Atlas: São Paulo, 2012

INEP (2017). **Conceito ENADE**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/conceito-enade> Acesso em: 17 abr. 2022

MORAN; J. M. (2008). **O que é Educação a Distância**. Disponível em: www.eca.usp.br/prof/moran/textosead.htm Acesso em: 18 abr. 2022.

PEREIRA, J. T. **Educação e Sociedade da Informação**. In COSCARELLI, RIBEIRO (org.) **Letramento Digital: aspectos sociais e possibilidades pedagógicas**. . Belo Horizonte: Ceale; Autêntica, 2005.

RIBEIRO; R. S. (2009). **Educação on-line, Moodle e suas possibilidades educacionais**. Ciências Humanas. Disponível em: http://www.nucleohumanidades.ufma.br/pastas/CHR/2009_2/Roure_Ribeiro_v7n2.pd Acesso em: 17 abr. 2022.

ROCHA, H. V. Projeto TelEduc: **Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologia para a Educação à Distância**. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) - Campinas/ SP – Brasil. 2002.

ROSADO, L. A. S.; BOHADANA, E. **Escrevendo juntos no ciberespaço: autoria textual coletiva em ambientes virtuais de aprendizagem**. Atas do VI E-TIC. Encontro de Educação e Tecnologias de Informação e Comunicação. São Paulo: Universidade Estácio de Sá, Mestrado em Educação e Cultura Contemporânea 12 e 13 de novembro de 2007.

SALVADOR, D.; ROLANDO, L.; (2015). **Mudança de cultura no uso de tecnologias educacionais: estudo de caso no modelo semipresencial do Cederj**. *EaD em Foco*, 5 (1). doi: <http://dx.doi.org/10.18264/eadf.v5i1.313>



SOUZA, C. **Políticas públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias. Porto Alegre, n. 8, n. 16, p. 20- 45, jul./dez. 2006.

TAVARES, H. M. **Estratégias de desenvolvimento regional: abordagens e experiências em tempos e espaços diferentes**. In: Política e Planejamento Regional: uma coletânea. Brasília, DF: Ministério da Integração Nacional. 2013, p. 22-31. Disponível em: file:///C:/Users/User/OneDrive/OS7371/Documents/MESTRADO%20UFF%20SELE%C3%87%C3%83O%202020/Randolph_Tavares_PoliticaePlanejamento.pdf. Acesso: 17 abr. 2022.

UOC, **Universitat Oberta de Catalunya** (2017). Disponível em: <http://www.uoc.edu/porta> Acesso em: 19 abr. 2022.

VAINER, C. B. (2007). **Planejamento territorial e projeto nacional: os desafios da fragmentação**. Salvador, Bahia: In: Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v.9, n.1. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/167/151> Acesso em: 17 abr. 2022.

VASCONCELLOS, M. A. S. **Fundamentos da Economia**: edição customizada. São Paulo: Saraiva, 2007.

VEIGA, J. E. **A História não os absolverá nem a geografia**. Campinas: Armazém do Ypê (autores associados), 2005.

ZAGO, N. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. In: **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v.11, n. 32, p. 226-237, 2006. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n32/a03v11n32.pdf>>. Acesso em 30 abr 2022.